



## Curricularização da Extensão: desafios da implementação e a potência de inovação e inclusão social em uma Universidade Pública Federal

*Extension Curriculum: challenges of implementation and the power of innovation and social inclusion in a Federal Public University*

Mary Ann Menezes Freire<sup>1</sup>

Ricardo Silva Cardoso<sup>2</sup>

Valter Gabriel da Rocha da Silva<sup>3</sup>

Marianna Abreu Lucchesi de Albuquerque<sup>4</sup>

### Resumo

Reconhecendo a importância do tema e da transformação proposta pelo atual Plano Nacional de Educação e pelo entendimento das práticas extensionistas, esse texto objetiva descrever o processo de planejamento e implementação da curricularização da extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como discutir os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Esta análise é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. Inicia-se fazendo uma abordagem a respeito da estratégia de curricularização da extensão universitária, refletindo sobre o impacto da prática extensionista no ensino e na pesquisa. Posteriormente, aborda-se o processo de construção teórico-administrativo na UNIRIO sobre a temática, de forma a estruturar caminhos para implementação da extensão nos currículos. Por fim, discute-se os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

**Palavras-chave:** Relações comunidade-instituição. Inclusão social. Extensão universitária.

### Abstract

Recognizing the importance of the theme and the transformation proposed by the current National Education Plan and the understanding of extensionist practices, this text aims to describe the process of planning and implementing the extension curriculum at the Federal University of the State of Rio de Janeiro, as well as how to

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - mary.freire@unirio.br

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Ecologia e Recursos Marinhos da UNIRIO - rcardoso@unirio.br

<sup>3</sup> Enfermeiro e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENF) da UNIRIO - valterrochacf@gmail.com

<sup>4</sup> Mestranda do PPGENF da UNIRIO - mariannalucchesi@edu.unirio.br



discuss the challenges and opportunities for innovation and social inclusion in the context of inserting extension in the curriculum of undergraduate courses. This analysis is qualitative, bibliographical and documental. It begins with an approach to the curricularization strategy of university extension, reflecting on the impact of extension practice on teaching and research. Subsequently, the theoretical-administrative construction process at UNIRIO on the subject is addressed, in order to structure paths for implementing extension in the curriculum. Finally, challenges and opportunities for innovation and social inclusion are discussed in the context of insertion of extension in the curriculum of undergraduate courses.

**Keywords:** Community-Institutional Relations. Social inclusion. University extension.

## 1 Introdução

Resgatar a história da extensão universitária brasileira nos remete, com frequência, a conceitos e conexões com práticas assistencialistas ou mercantilistas (COSTA, 2019). No entanto, no Plano Nacional de Educação (PNE), período 2014-2024 (BRASIL, 2014), a extensão universitária fortalece suas implicações de qualificação pedagógica alinhadas às demandas da sociedade e à estrutura curricular.

O atual PNE (2014–2024) entrou em vigor após ser sancionada a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), sendo o segundo PNE brasileiro aprovado por lei. O PNE é um documento que estabelece metas e estratégias que têm por finalidade direcionar esforços para a melhoria da qualidade e da oferta da educação escolar num prazo de dez anos, a partir da implantação e implementação de políticas públicas para este fim (YAEGASHI *et al.*, 2020).

Compreendendo os planos nacionais de educação como política pública, podemos concluir que o atual PNE é constituído por uma estrutura com diversos componentes (objetivos, indicadores, metas e estratégias), repletos de intencionalidades e direcionamentos que objetivam atender a diferentes interesses de variados atores e grupos que participaram de sua formulação. Dessa forma, sua publicação e toda a sua vigência, deveriam guiar as ações e fortalecer o mesmo enquanto uma política de Estado (ECHALAR; LIMA; OLIVEIRA, 2020).



Em 2001, o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001) já havia sinalizado, em sua Meta 23 para a educação superior, a necessidade de ter a atuação dos estudantes em atividades de extensão com o mínimo de dez por cento do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País (BRASIL, 2001). Entretanto, muitos limites foram encontrados para a aplicação deste item da política, entre eles: o conservadorismo universitário; a falta de recursos financeiros e organizacionais; a dificuldade de normatizar e implantar as ações de extensão nos currículos, de forma transversal e conectada; a não pontuação da extensão nos currículos docentes para ascensões funcionais e a definição da alocação dessas atividades para os docentes (FORPROEX, 2012).

A referida Meta foi reafirmada na Estratégia 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

A extensão deve então ser fortalecida como fio condutor entre ensino e pesquisa, além de ter a potência de propiciar uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Isto coaduna com a percepção do FORPROEX (1987, p. 12) de que a extensão deve ser um “processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, tornando-se parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica.”.

Essa relação é considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, que devem levar de volta à universidade o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produza um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática. Esse processo, que possibilita a troca de saberes acadêmico e popular, permite, além do confronto da teoria com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade no processo de construção e atuação da universidade (RENEX, 2001 *apud* KOGLIN; KOGLIN, 2019).



Por isso, sua inserção nos currículos dos cursos de graduação requer um repensar o saber-fazer extensionista, de modo a potencializar as possibilidades e dimensionar as dificuldades no processo de planejamento e estruturação das estratégias para inserção das práticas extensionistas nos projetos pedagógicos dos cursos (COSTA, 2019).

Reconhecendo a importância do tema e da transformação proposta pelo atual PNE e pelo entendimento das práticas extensionistas, esse texto objetiva descrever o processo de planejamento e implementação da curricularização da extensão na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como discutir os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Esta análise é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. A análise documental teve como base a Lei nº 13.005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024; a Lei nº 10.172/01, que aprovou o PNE para o período compreendido entre 2001-2011; o Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO, anexo da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022, entre outros. A triangulação bibliográfica se deu através de artigos recentes sobre a temática, de cunho conceitual e também através de relatos de experiências.

Em um primeiro momento, faz-se uma abordagem a respeito da estratégia de curricularização da extensão universitária, refletindo sobre o impacto da prática extensionista no ensino e na pesquisa. Posteriormente, aborda-se o processo de construção teórico-administrativo na UNIRIO sobre a temática, de forma a estruturar caminhos para implementação da extensão nos currículos. Por fim, discutem-se os desafios e oportunidades para inovação e inclusão social no contexto da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.



## 2 Curricularização da extensão na UNIRIO: estímulo à ressignificação de conceitos e práticas

A estratégia 12.7 do PNE 2014-2024 mobiliza e inspira todos os que defendem uma concepção de educação superior orientada para além da formação profissional. Parte-se do conceito de extensão defendido pelo FORPROEX (2012) enquanto processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e indispensável à formação cidadã. A partir dessa concepção de extensão, propõe-se a alteração da forma rígida dos cursos para uma flexibilização curricular calcada no compromisso social e na responsabilidade ético-política das universidades com a sociedade brasileira (IMPERATORE; PEDDE, 2015).

Pensar a curricularização da extensão nos cursos de graduação é pensar a extensão permeada nos componentes curriculares e não como um componente curricular específico.

O primeiro passo para compreender a proposta é entender que a extensão passa a ser um elemento que tem que fazer parte do currículo do curso, de forma transversal, e ter um papel formativo.

Inserir a extensão em uma matriz curricular reforça o preceito constitucional da indissociabilidade. A estratégia permite romper com a velha ideia de que pesquisa produz conhecimento, ensino difunde conhecimento para os estudantes e extensão difunde conhecimento para a comunidade externa. É muito mais do que isso, pois quando estamos no encontro com as comunidades diversas também produzimos conhecimento.

Desse encontro de saberes – saberes da comunidade universitária com os saberes das outras comunidades que nos encontram – surgem novos saberes, portanto também há produção de conhecimento por meio da extensão que pode e almeja-se que retroalimente o ensino e a pesquisa (PANSARELLI, 2021).



O segundo grande passo nessa compreensão, o mais importante, é conceber a curricularização da extensão como uma potente estratégia de transformação de práticas pedagógicas.

O grande desafio é substituir a construção dos conhecimentos a partir de metodologias tradicionais de ensino por estratégias criadas a partir de práticas extensionistas. Repensar práticas docentes, disciplinas já existentes e conteúdos tradicionalmente elaborados em sala de aula nos provoca a olhar para nossas práticas de uma forma diferente. Curricularizar a extensão é sinônimo de transformação.

A natureza da atividade extensionista requer uma postura sensível, aberta à inter e à transdisciplinaridade, pois se consolida por meio do diálogo plural e do respeito à alteridade. Uma postura que se tece nas experiências vividas e sentidas junto com a sociedade e, justamente por isso, possível de ressignificar as práticas de formação nos campos do ensino e da pesquisa.

A extensão provoca professores e alunos a saírem do formato do ensino-aprendizagem transmissivo e linear, assim como da pesquisa que se encerra na constatação de um fenômeno para aprofundarem-se em outras possibilidades formativas, ampliadas pela perspectiva de outras formas de relação com o conhecimento e com o processo de formação (SILVA, 2017).

Mais do que nunca a premissa proposta por Guimarães Rosa, de que mestre é aquele que aprende, se torna própria, pois educar no que concerne à Universidade deveria tratar-se de algo além do “conteudismo” acadêmico. Deveria tratar-se sim, de dividirmos uns com os outros as nossas experiências humanas, nossas vivências, hábitos e valores. Isso permitiria que as pessoas se solidarizassem entre si, ao perceberem via este contato que as diferenças podem não passar de semelhanças (MEDEIROS, 2017, p. 14).

A compreensão dessas conexões permite pensar a proposta como uma estratégia que possibilita que o estudante seja o protagonista de sua formação para o desenvolvimento profissional, assim como uma formação cidadã, permitindo um autorreconhecimento como agente de garantia de direitos, deveres e de transformação social (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).



Dessa forma, entende-se que inserir a extensão nos currículos dos cursos de graduação deve ser motivado para além de uma normativa, considerando que a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos.

Além disso, a educação precisa ser integral e não fragmentada, e o princípio da integralidade é fundamental ao se pensar sobre a extensão. É preciso conectar os três pilares da universidade para que se possa contemplar uma formação de fato integral.

Por fim, o currículo não pode ser visto apenas como a soma de um conjunto de disciplinas. Ele deve traduzir um projeto político pedagógico integrado. Por isso, um dos principais desafios da curricularização da extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora (FREIRE; MACEDO *et al.*, 2022).

Considerando outros pressupostos - igualmente fundamentais para a formação do estudante, para construção do conhecimento e para a comunidade - tais como a interprofissionalidade, a flexibilidade curricular, o impacto na formação do estudante, a transformação social e a própria função social da universidade, a curricularização da extensão constitui-se um desafio para as universidades, considerando que um novo olhar para os currículos dos cursos de graduação passa a ser um movimento necessário.

Revisar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), atribuindo novos significados ao saber-fazer para consolidar nestes a articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de componentes curriculares obrigatórios, tem sido a maior provocação nesse cenário de práticas tradicionais de ensino.

É fundamental destacar ainda nesse contexto, que a reforma nos PPCs não deve ser entendida como aumento da carga horária do currículo, ou acréscimo de algo, mas sim como a qualificação do que já existe, através da articulação entre os elementos ensino e pesquisa às demandas da comunidade, sem perder de vista todos os demais pressupostos já mencionados (PEREIRA; VITORINI, 2019).



### 3 Estratégias para implementação da curricularização da extensão na UNIRIO: a tessitura do caminho

Apesar da existência de algumas normativas institucionais internas que tratavam da curricularização da extensão, em 2021, com a proximidade do prazo para atendimento à meta, a UNIRIO pouco havia avançado.

Diante desse cenário, a gestão superior da Universidade instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e pensar estratégias para a operacionalização da curricularização da extensão. Mais que atender uma meta, o movimento expressou a afirmação do compromisso da Universidade com a sociedade, por meio do reconhecimento da extensão como componente formativo do estudante.

O grupo instituído em março de 2021, através da Portaria GR nº 212, de 30 de março de 2021, destacou-se pela sua composição interdisciplinar, com representações de todos os Centros Acadêmicos, além da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC).

Com o início das atividades, definiram-se as etapas do processo de trabalho:

- I. Fase de estudo: levantamento e estudo dos marcos legais; levantamento de programas/projetos cadastrados na PROEXC; levantamento de informações, através de questionários virtuais, enviados aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Coordenações de Curso, Chefes de Departamento, Coordenadores de Programas/Projetos de Extensão e discentes (Graduação e Pós-Graduação);
- II. Fase de proposição: construção do guia e resolução; planejamento e operacionalização do GT itinerante para trocas e discussão com toda a comunidade acadêmica; realização de eventos internos;
- III. Fase de curricularização (atual): fase de apoio às demandas/dúvidas.



O trabalho coletivo e interdisciplinar, a busca de experiências de outras universidades, o diálogo com setores da universidade envolvidos nesse processo (PROGRAD, PROEXC e DTIC) e a disponibilidade de escuta e trocas com toda a comunidade universitária consolidaram-se como fio condutor dos trabalhos do GT.

Foram pensados e discutidos três possíveis caminhos para inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade. Caminhos diversos e potentes, possibilitando uma normatização administrativa fundamental para estruturação do sistema de informação, mas sem enrijecer e sem limitar os cursos à uma única alternativa.

Nesse processo de construção de caminhos possíveis e viáveis, o fio condutor foi pensar a extensão como parte da formação, costurada ao longo das redes curriculares, se destacando como estratégia de construção de conhecimentos, que antes eram debatidos através de metodologias de ensino tradicionais, na maioria das vezes, dentro das salas de aula.

A primeira possibilidade prevê o reconhecimento de carga horária extensionista em componentes curriculares já existentes. A segunda estratégia permite a criação de componentes curriculares com foco na construção de conhecimentos pertinentes à formação através de práticas extensionistas. Esta sempre foi e continua sendo divulgada como um alerta, para não se perder do seu objetivo e tornar-se algo a parte do restante do currículo, mantendo, assim, a extensão no lugar em que ela já se encontra.

Por fim, o terceiro caminho conecta duas estratégias: o reconhecimento de pelo menos cinco por cento da carga horária total do curso em práticas extensionistas como componentes curriculares já existentes. Os outros cinco por cento, para completar o mínimo de dez por cento de práticas extensionistas, podem ser alcançados através da Unidade Curricular Especial de Extensão, onde o aluno fica livre para buscar projetos e/ou programas de extensão, na UNIRIO ou em outras instituições, nos temas que lhe atraem na perspectiva da sua formação e do futuro que este projeta para si.

Ou seja, há três diferentes caminhos, potentes, elásticos, transformadores e produtores de protagonismos diversos. As três possibilidades de curricularização da



extensão na UNIRIO foram amplamente debatidas com a comunidade acadêmica para que fosse possível a percepção e/ou captação das demandas, das particularidades, das fragilidades, das críticas e das contribuições.

Desse processo de trocas, considerou-se a proposta do GT que consolidou esses três caminhos para a extensionalização do currículo, de forma detalhada, através de um guia institucional com exemplos e seus impactos para os cursos que optassem por cada um deles.

Importante destacar que curricularizar a extensão não faz desaparecer suas demais formas de existir. Reforçou-se, durante todo o processo, a manutenção da extensão através de projetos, programas, eventos e cursos, de forma autônoma.

O trabalho do GT se consolidou em sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), com a aprovação da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022, proposta pelo GT, que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tendo como anexo o Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO.

As trocas atuais com o DTIC para operacionalização, via sistema de informação, das reformas curriculares que já se concretizam com uma das propostas de curricularização da extensão disponibilizadas institucionalmente têm sido o estímulo que constitui a reta final dessa primeira etapa de construção.

Contemplar os 'novos' currículos com atividades extensionistas de forma transversal no processo formativo, provocando, conectando e desafiando cada um de nós é a etapa que está por vir, pela qual estamos ávidos.

#### **4 Curricularização da extensão: desafios, conexões e potência de inovação e inclusão social**

Alguns estudos sinalizam a transição da exclusão social para a inclusão social no cerne da inovação social, onde a desigualdade e os contrastes entre certos grupos de pessoas e/ou territórios, em diversas áreas da sociedade, é transformada por meio



de mudanças em setores, como por exemplo, o educacional onde destacam-se as IFES e o papel da extensão (CAJAIBA-SANTANA, 2013 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).

A inclusão social visa o acesso aos benefícios de bens e serviços a públicos excluídos ou marginalizados pelas questões de preconceito, gênero, nacionalidade, deficiência e idade. A inovação social traz intrínseco ao seu próprio conceito a fluidez do seu propósito principal que almeja um bem maior à sociedade. Sua ação também visa contemplar demandas sociais de grupos mais vulneráveis, muitas vezes deixados em segundo plano pelo mercado ou políticas públicas. A curricularização da extensão, por sua vez, traz a possibilidade de diferentes áreas das Instituições de Ensino Superior transbordarem seus conhecimentos à sociedade (KANGERSKI *et al.*, 2022, p. 94).

Entendendo as transformações que acontecem nas interfaces entre os diferentes atores sociais, observa-se um importante papel das universidades como agregadoras, difusoras e promotoras de pontes para as inovações sociais (KANGERSKI *et al.*, 2022).

O tratamento e as formas de atuação no ensino superior acerca do tema inovação social provoca reflexões, discussões e práticas que asseguram a diversidade, a inclusão e a cidadania. Dessa forma, a comunidade pode ser percebida como potência de encontros de aprendizagem e de construção de conhecimentos e parcerias, fundamentais para conectar a dimensão social da universidade com os aspectos de desenvolvimento sustentável (ELLIOTT, 2013).

Tendo como ponto de partida a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reconhece-se que os espaços conquistados atualmente pela extensão universitária são atividades de cunho formativo.

No entanto, considerando a organização do âmbito interno administrativo, tomando como referência, neste caso a UNIRIO, esse reconhecimento acaba por não se configurar de fato como um diálogo devidamente estabelecido com o ensino e com a pesquisa. À vista disso, considera-se necessário avançar na compreensão dos conceitos e na prática da extensão como um princípio filosófico, político e metodológico que



permeia o ensino e a pesquisa com o mesmo peso e relevância (GONÇALVES, 2015 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).

A inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação pode favorecer esse cenário. Pensar estratégias que possibilitassem a curricularização da extensão envolve a análise e o reconhecimento da realidade da UNIRIO: uma universidade conhecida pela diversidade de seus cursos, demandas de formação, docentes, técnicos e discentes.

A curricularização da extensão pode acontecer por diversos caminhos. A intenção da organização desse processo foi apresentar possibilidades, para que os cursos pudessem discutir e refletir sobre o que mais se adequa às suas propostas curriculares e ideias pedagógicas.

Um dos maiores desafios foi atentar para o fato de não se considerar adequado, pelo distanciamento da proposta, o engessamento da extensão em uma disciplina única, em um formato exclusivo na sua execução. Destacar a valorização da extensão e a sua flexibilidade/plasticidade, justamente para que ela não fique penosa e muito menos distanciada do processo formativo, ainda requer esforços.

Até o presente momento se constitui um problema a instituição de um modelo, de uma forma única de se praticar essa transformação. Entende-se que, como a extensão é moldável, ela é possível de ser adaptada a qualquer curso, a qualquer estudante e em qualquer realidade.

O Grupo de Trabalho, após todo esse processo de construção coletiva, recomendou ainda à PROEXC a organização de cursos, oficinas e/ou seminários sobre práticas extensionistas no contexto da curricularização da extensão, possibilitando o aprimoramento e a instrumentalização de docentes e técnicos envolvidos com programas e projetos de extensão, assim como os envolvidos no processo de curricularização da extensão na UNIRIO.

Aprofundar-se na história, conceitos e fundamentações da extensão no Brasil, suas conexões com a universidade pública e a sociedade é uma oportunidade de construção e troca de conhecimentos.



Possibilitar ainda, nesse contexto, exemplos de práticas extensionistas, assim como de processos de planejamento de disciplinas que terão práticas extensionistas incorporadas como práticas de ensino, permite um aprofundamento e uma qualificação na proposta de curricularização e integração entre docentes e técnicos de toda a universidade.

Dessa forma, a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação desafia as instituições de ensino superior brasileiras a ressignificarem seus conceitos e práticas extensionistas e, principalmente, as práticas de ensino, a estruturação curricular, e o papel formativo e da universidade na sociedade. Consequentemente, consolida-se como uma oportunidade para reformular os processos de formação nos cursos de graduação, saindo da esfera dicotomizada teoria-prática com a proposição de experiências integradas, de natureza interdisciplinar, político-educacional, cultural, científica e tecnológica (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

Um currículo com experiências interdisciplinares diversas e integradas permitem uma conexão transformadora entre as instituições de ensino superior brasileiras e os diversos setores da sociedade, por meio da produção, da troca e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente e transversal com o ensino e com a pesquisa, de formas inovadoras (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

Na concepção da extensão no sentido institucional, e não somente em sua inserção curricular, a comunidade deve ganhar um status mais ativo. Portanto, identificar o contexto, suas demandas, seus atores e suas inter-relações e integrá-los à construção de soluções coletivas, constituem-se como ações basilares para sua promoção (KANGERSKI *et al.*, 2022).

O campo da extensão universitária é a sociedade, não sob uma perspectiva hegemônica de “fazer para”, mas sobretudo, e de modo transdisciplinar, de “fazer com”, em que há uma construção coletiva, troca de saberes e aprendizados por parte de todos os atores envolvidos nesses encontros (MORAES; SILVEIRA, 2011 *apud* KANGERSKI *et al.*, 2022).



## 5 Tecendo considerações, distante de serem finais...

A evolução histórica da extensão universitária e do seu aparato legal no Brasil demonstra o esforço para que esta atividade não esteja em segundo plano nas estratégias de ações educativas do ensino superior e também para que a mesma transcenda o assistencialismo.

A proposta do PNE 2014-2024, no que diz respeito à curricularização da extensão, enfatiza a necessidade da integração de projetos e de programas de extensão ao currículo dos cursos de graduação como algo capaz de gerar transformações, de mobilizar forças que levem, de fato, a transformações sociais (COSTA, 2019).

Mas a crença nas potencialidades do fazer extensionista tem sido acompanhada de preocupação com problemas de gestão das ações e de uma possível banalização do papel da extensão universitária. Tais fatores têm colocado a questão no centro das discussões, até porque a curricularização da extensão nos cursos de graduação também suscita reflexões sobre o conceito de extensão e seu papel, assim como ajustes na estrutura organizacional das instituições de ensino superior e, ainda, revisões das práticas docentes (COSTA, 2019, p. 121).

A estratégia nos provoca a pensar mais adiante, para além dos desafios. Vislumbrar a qualificação do ensino superior pensando na sobrevivência das instituições públicas de ensino superior no Brasil.

Extensionalizar os currículos dos cursos de graduação é uma mudança de paradigma para que se possa pensar o futuro da educação pública com todas as potentes discussões de qualidade, socialmente referenciadas. Tudo isso para que seja possível a formação integral dos estudantes com a ideia da formação cidadã, integral, emancipatória e articulada por vários e diferentes saberes (SILVA, 2019).

Silva (2017, p. 359) destaca, de forma potente, o prólogo do livro que introduz ao pensamento de Paulo Freire (2001), chamando a atenção para um encontro com as conexões que se busca cotidianamente nas práticas formativas pelas/nas experiências das ações extensionistas: “um homem, uma presença, uma experiência”.



O fio que tece a extensão nos coloca em diálogo com o outro, com sua cultura, com suas redes de conhecimento. Nesse sentido, a extensão universitária promove o encontro entre as diferenças, como algo a ser valorizado e não dispensado e/ou ignorado, em um processo que só é possível na relação dentro e/ou fora da universidade (SILVA, 2017).

Apesar do assunto não ser tão novo, porém ainda carente de maiores aprofundamentos e trocas, fica o desafio do acompanhamento e da análise do processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UNIRIO, assim como nas demais IFES.

Pensar uma reforma curricular e todas as suas etapas conceituais, filosóficas, práticas e, não menos importante, administrativas - no âmbito do curso e da tramitação para aprovação dentro dos órgãos colegiados da instituição de ensino, é um trabalho coletivo, porém hercúleo.

A nível nacional, alguns desafios são comuns: a derrubada dos muros, do isolamento da educação e da universidade; a conexão necessária e urgente com a realidade, através da articulação entre teoria-prática, o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e das práticas/conhecimentos; a perspectiva interdisciplinar; a ressignificação da universidade e dos projetos de curso; a concepção de redes curriculares a partir de atividades de ensino-pesquisa-extensão, que possibilitem uma formação diferenciada; e a necessária valorização dos núcleos de governança na universidade, com ênfase nos colegiados de curso e núcleos docentes estruturantes (IMPERATORE; PEDDE, 2015).

Desse modo, sinaliza-se a necessidade de estudos acerca dos modelos de implantação da curricularização da extensão no contexto brasileiro que discutam como as diversas experiências institucionais se conectaram com o ensino e a pesquisa e os frutos de sua decorrência. Se essas instigações já nos provocam hoje, quando saímos da nossa zona de conforto para incorporar na carga horária total do curso de graduação o mínimo de dez por cento de práticas extensionistas, imaginem quando ousarmos extensionalizar todas as universidades brasileiras... Certamente estamos



todos começando, plantando sementes... As flores e os frutos veremos no futuro e certamente nos provocarão a novos movimentos.

## Referências

ALMEIDA, Sinara Monica Vitalino de; BARBOSA, Larissa Marcelle Vaz. **Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação.** Rev. bras. educ. med. 43 (1 suppl 1), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/?lang=pt>.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001 (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm).

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014 (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm).

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **Curricularização da Extensão: o desafio no contexto das licenciaturas.** Revista Panorâmica. Edição Especial, 2019, p. 109-124. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1023>.

ECHALAR, Jhonny David; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Plano Nacional de Educação (2014-2024) - o uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em educação. 28 (109), out.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/9jYLqw4pbrgzjLZDf7YYygB/abstract/?lang=pt>.

ELLIOTT, Geoffrey. **Character and impact of social innovation in higher education.** International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/9844545.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE\\_07.11.2012.pdf](https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf).



FREIRE, Mary Ann Menezes; MACEDO, Júlio César Silva Macedo (Coordenadores). **Guia para Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação na UNIRIO.**

Anexo da Resolução SCS nº 5.484, de 27 de janeiro de 2022. Disponível em:

<<http://www.unirio.br/proreitoriadeextensaoecultura/curricularizacao-da-extensao/Res.SCS5.48427.01.2022CurricularizacaoDaExtensaoNosCursosdeGraduacaoDaUNIRIO1.pdf>>.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. "Curricularização" da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: **XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria**. Havana, 2015. Disponível em:

<[https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1\\_Artigo\\_Curricularizaca\\_da\\_Extensao\\_Universitaria\\_no\\_Brasil.pdf](https://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf)>.

KANGERSKI, Fabiana de Agapito; PRIM, Márcia; MACHADO, Andrea de; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. **A curricularização da extensão como oportunidade para promoção da inovação social e inclusão social**. Inc.Soc., Brasília, DF, v. 14 n.1, p. 86-97, jan./jun. 2022. Disponível em:

<<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5891>>.

KOGLIN, Terena Souza da Silva; KOGLIN, João Carlos de Oliveira. **A importância da Extensão nas Universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária. v. 10, n. 2, p. 71-78, mai.-ago. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>>.

MEDEIROS, Márcia Maria de. **A Extensão Universitária no Brasil – um percurso histórico**. Revista Barbaquá/UEMS - Dourados - MS, v. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun. 2017. Disponível em:

<<https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447>>.

PANSARELLI, D. Mesa Redonda 12 "Extensão nos Currículos". **9º CBEU**. 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=x\\_k7GKMr5J0&t=876s](https://www.youtube.com/watch?v=x_k7GKMr5J0&t=876s)>.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **Curricularização da extensão: desafio da educação superior**. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591, jan./jun. 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047/16120>>.

SILVA, Etevaldo Almeida. **Editorial**. Revista Conexão UEPG, v. 13, n. 3, 2017. Disponível em:

<<https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/10397/5972>>.



SILVA, Etevaldo Almeida. **Curricularização da Extensão: possibilidades e caminhos para implementá-la.** *Experiência*, Santa Maria, UFSM, v. 5, n. 1, p. 8-14, jan./jul.

2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/56936/35909>>.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi; RUIZ, Nathália Fafarão; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. **Plano Nacional de Educação (2014-2024): reflexões sobre a alfabetização e o letramento.** *RPGE - Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12793>>.